

Direito Penal

Professora: Claudia Barros

Contravenções Penais – Parte 4

Resumo

Contravenções referentes ao Patrimônio

Art. 24/LCP

Art. 24. Fabricar, ceder ou vender gazua ou instrumento empregado usualmente na prática de crime de furto:

Pena – prisão simples, de seis meses a dois anos, e multa, de trezentos mil réis a três contos de réis.

Gazuas são objetos usados para abrir coisas (ex.: chave micha). A mera fabricação sem autorização legal já caracteriza a conduta. Para que seja aplicada, o agente não pode estar em ajuste ou colaboração com agente que irá praticar crime contra o patrimônio, pois seria partícipe no crime.

Art. 25/LCP

Art. 25. Ter alguém em seu poder, depois de condenado, por crime de furto ou roubo, ou enquanto sujeito à liberdade vigiada ou quando conhecido como vadio ou mendigo, gazuas, chaves falsas ou alteradas ou instrumentos empregados usualmente na prática de crime de furto, desde que não prove destinação legítima:

Pena – prisão simples, de dois meses a um ano, e multa de duzentos mil réis a dois contos de réis.

Esse dispositivo não foi recepcionado pela Constituição de 1988, pois consagra o direito penal do autor, que ocorre quando uma pessoa é responsabilizada pelo que é, não pelo que fez.

Art. 26/LCP

Art. 26. Abrir alguém, no exercício de profissão de serralheiro ou ofício análogo, a pedido ou por incumbência de pessoa de cuja legitimidade não se tenha certificado previamente, fechadura ou qualquer outro aparelho destinado à defesa de lugar nu objeto:

Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses, ou multa, de duzentos mil réis a um conto de réis.

Esta contravenção é de pouco conhecimento da população e se consagra quando, por exemplo, um chaveiro é chamado para abrir porta de algum apartamento e não solicita garantia de que o solicitante de seu serviço é proprietário ou locatário.

Contravenções referentes à Incolumidade Pública

Art. 28/LCP

O disparo de arma de fogo atualmente é conduta criminosa, estando o art. 28 LCP tacitamente revogado.

Art. 29/LCP

Art. 29. Provocar o desabamento de construção ou, por erro no projeto ou na execução, dar-lhe causa:

Pena – multa, de um a dez contos de réis, se o fato não constitui crime contra a incolumidade pública.

Apesar de existir conduta prevista no CP como crime de desabamento, a contravenção ainda pode ser aplicada. A diferença é que, no crime, há exposição da coletividade a perigo (dolosa ou culposamente). Na contravenção, basta o mero desabamento, independente de perigo à incolumidade da coletividade.

Art. 30/LCP

Art. 30. Omitir alguém a providência reclamada pelo Estado ruinoso de construção que lhe pertence ou cuja conservação lhe incumbe:

Pena – multa, de um a cinco contos de réis.

Deixar de tomar providência com relação a um imóvel pode caracterizar a contravenção acima exposta ou caracterizar crime ambiental, a análise será feita no caso concreto.

Art. 31/LCP

Art. 31. Deixar em liberdade, confiar à guarda de pessoa inexperiente, ou não guardar com a devida cautela animal perigoso:

Pena – prisão simples, de dez dias a dois meses, ou multa, de cem mil réis a um conto de réis.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem:

- a) na via pública, abandona animal de tiro, carga ou corrida, ou o confia à pessoa inexperiente;*
- b) excita ou irrita animal, expondo a perigo a segurança alheia;*
- c) conduz animal, na via pública, pondo em perigo a segurança alheia.*

A contravenção visa proteger a incolumidade pública, sob a possibilidade de que o animal machuque alguém. Não é norma de proteção do animal, estas estão na legislação ambiental.

Art. 32/LCP

Art. 32. Dirigir, sem a devida habilitação, veículo na via pública, ou embarcação a motor em águas públicas:

Pena – multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis.

O art. 32 (assim como o art. 34), quanto a dirigir veículo na via pública foi revogado pela Lei de Trânsito (Lei 9.503/97).

O artigo só pode incidir quando se trata de embarcações a motor em águas públicas.